



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Aracaju - SE, 17 a 23 de junho de 2013, Ano XXX, Edição 1575



www.cinform.com.br

CINFORM

CINFORMANDO

Suell Carvalho

editoriageral@cinform.com.br



Jogo de Cintura

■ É preciso reconhecer, o governador em exercício, Jackson Barreto, PMDB, tem demonstrado o maior jogo de cintura para negociar com as categorias de servidores públicos estaduais. Ele conseguiu, na conversa com professores, acabar com a greve cedendo a reestrutura da carreira do magistério e a formação de uma comissão para discutir a gestão da folha de pagamento da Secretaria de Estado da Educação e um índice de reajuste de 7,97% a partir de setembro. A greve acabou. Os servidores da administração geral também encerraram a greve após a discussão de implantação do plano de cargo e salários dos chamados barnabés.

Com a licença do governador Marcelo Déda, PT, que se afastou para tratamento de saúde, Jackson tem conseguido tocar o Governo e fazer essas negociações, claro que o governador em exercício tem se assessorado com os secretários Jefferson Passos, Planejamento, e Oliveira Júnior, interino da Fazenda - os dois ligados e indicados por Déda -, além de Sílvio Santos, interino da Casa Civil, em todas as negociações. É parte do Núcleo de Governança de Déda, daí deve contar com a anuência do governador sobre acertos de Jackson ao reassumir o mandato.

Déda é muito mais prudente nas negociações. Com certeza, ele usaria o argumento do limite prudencial, que o próprio Governo diz que está em 0,2% para que os valores da folha de pagamento do Estado não

extrapolem o índice estipulado pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. As sanções previstas para o Estado ou município que excede os limites, são várias tanto para o Governo como para os governantes. Ultrapassar o limite prudencial significaria para o Estado, hoje, a possibilidade de impedimento para o acesso a empréstimos e recursos federais, como por exemplo, os dois que estão engatilhados, o do Proinveste e o do Banco Mundial, esse último no valor de U\$ 150 milhões. Se isso ocorresse, seria um caos, pois a Secretaria do Tesouro Nacional poderia colocar o dedo e não liberar os financiamentos.

Para ajustar as contas do Governo, Jackson não para. Ele começa a negociar uma reivindicação antiga dos servidores públicos que é desonerar a folha de pagamento do Executivo com o déficit previdenciário, que pode chegar a R\$ 700 milhões neste ano. O primeiro passo, nesse sentido, já foi dado pelo governador quando se reuniu com o procurador-geral de Justiça Orlando Rochadel para debater o déficit. O Ministério Público Estadual foi a primeira Instituição a tomar conhecimento da reivindicação dos trabalhadores que querem que os poderes Legislativo e Judiciário e mais o Tribunal de Contas do Estado assumam o pagamento da folha dos seus respectivos aposentados. Veremos no que vai dar, e qual mágica o governador em exercício vai usar para convencer seus interlocutores. ■